

Eris quer proposta de longo prazo

Washington — “Não queremos empurrar (a dívida) com a barriga”, disse o presidente do Banco Central, Ibrahim Eris em entrevista exclusiva à Agência Estado, ontem, às 11h, entre o Shoreham Hotel, onde havia feito uma palestra a 400 executivos e empresários na Câmara Brasileira-Americana de Comércio, e a sede do Banco Mundial, no centro de Washington.

“A proposta que faremos aos bancos é de longo prazo”, disse Eris. “O objetivo principal é garantir que o serviço da dívida fique dentro da capacidade de pagamento do Brasil. O importante é o montante de desembolsos líquidos”.

O Brasil quer empréstimos novos ou não? No caso do Banco Mundial, estamos desprezando novas linhas?

— O importante é a redução dos juros e da dívida. Certamente, a negociação envolve algum dinheiro novo, porque parte será reduzida e parte será refinanciada. O refinanciamento equivale a dinheiro novo. Mas com o Banco Mundial é diferente. Acho caro, porque financiar educação e saúde não pode custar 12 por cento ao ano.

Mas afinal, os juros do Banco Mundial não são de 7,74 por cento mais 0,25 por cento ao ano?

— Há muitos outros encargos. O correto é 12 por cento. Empréstimos do Banco Mundial são bem-vindos e necessários mas o dinheiro virá depois pressionar o orçamento interno. Isto nos faz mais cautelosos.

Os dois bilhões de dólares do FMI são importantes?

— Sim, no contexto do acordo.

Não há vinculação com pagamentos aos bancos?

— Eu falei durante uma hora e meia sozinho com o Camdessus (o diretor-gerente do FMI, Michel Camdessus). Não houve nenhum momento em que ele houvesse dito que o empréstimo deveria ser usado assim ou assado. Só na carta de intenções se afirma que parte poderia ser utilizada em pagamentos ao principal dos empréstimos aos bancos. A ligação é invenção de quem soltou a idéia.

O que espera das negociações com os bancos?

— Tudo é normal. Estamos às vésperas de uma negociação. Cada um quer fazer a maior pressão possível. Temos de ser profissionais, não emocionais. O acordo não pode comprometer nosso crescimento econômico.

O Brasil não paga há 15 meses?

— Para nós, deste Governo, são seis meses. Não pagamos porque

não temos condições. Nossas reservas são pouco superiores a oito bilhões de dólares.

O Brasil tomou uma chamada do G-7, o grupo dos ricos...

— Lendo com cuidado o comunicado do G-7, eles sugerem que a questão dos atrasados seja resolvida. Não sugerem caminhos. Mas sete ou oito bilhões de dólares não são deixados no ar. O Brasil não tem de onde tirar isso.

Com a crítica do G-7, os empréstimos ao Brasil custarão mais caro...

— Você fala do curto prazo...

Sim.

— Fala-se muito. Mas quando o Banco Central comprou 800 milhões de dólares dos exportadores, no Brasil, surgiram novas linhas de crédito. Os exportadores sacaram de algum lugar. Trata-se de um negócio. Temos de ser profissionais. O Brasil interessa como negócio. Os bancos também têm de ser profissionais.

Até dezembro, o Brasil pode ser reclassificado de novo pelo Icerc (Interagency Country Exposure Risk Committee) norte-americano, e os bancos teriam que separar não mais 20 por cento, mas 40 por cento dos créditos ao Brasil?

— É desagradável. Um complicador. Mas vamos ter de enfrentar isso.